



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

### SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO

SOCIAL SERVICE, SOCIAL ASSISTANCE AND DEMOCRATIZATION PROCESSES

Lizandra Inês Both<sup>1</sup>

#### RESUMO

O artigo que segue consta de uma parte de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso, onde são apresentados os resultados da pesquisa empírica e discussão sobre o compromisso ético-político com a socialização da informação e a construção de espaços democráticos. Sendo assim, nesse artigo objetiva-se analisar as repostas das lideranças comunitárias, usuários/as e assistentes sociais dialogando com a atuação profissional na Política de Assistência Social, reconhecendo a dimensão político-pedagógica e o acesso a informação, importantes estratégias na construção de espaços coletivos de participação e mobilização

**Palavras-chaves:** Dimensão político-pedagógica, Projeto ético-político, Assistência Social.

#### ABSTRACT

The following article is part of a chapter of the Course Conclusion Paper, where the results of the empirical research and discussion on the ethical-political commitment to the socialization of information and the construction of democratic spaces are presented. Thus, this article aims to analyze the responses of community leaders, users and social workers dialoguing with professional performance in the Social Assistance Policy, recognizing the political-pedagogical dimension and access to information, important strategies in the construction of spaces collective participation and mobilization.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRGS, Pós Graduação em Gestão de Projetos Sociais pela Fundação Brasileira de Tecnologia e Educação – FUNBRATEC. Docente da UNICENTRO, Barra do Corda, MA. lizandrboth@yahoo.com.br

**Keywords:** Political-pedagogical dimension, Ethical-political project, Social Assistance.

## INTRODUÇÃO

Debater a participação dos/as usuários/as na política de Assistência Social é pensar além dos espaços já instituídos. Nesse sentido, o/a assistente social tem compromisso com o processo educativo de participação, que acontece através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta (SOUZA, 2004).

Cabe ao/à assistente social, enquanto trabalhador/a da Política de Assistência Social retomar e assumir o potencial das atividades coletivas de participação nos espaços de trabalho, a partir de seu projeto ético-político profissional. O Conselho Federal do Serviço Social (2011) reconhece como competências, estratégias e procedimentos do/a assistente social na Política “instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação”.

Relacionada a essa defesa do Conselho Federal do Serviço Social, encontra-se no Código de Ética em seu Princípio 3º a ideia da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticas das classes trabalhadoras”. Diante disso, pode-se perceber o explícito compromisso profissional com a socialização da informação, construção de espaços coletivos que venham possibilitar a luta e o acesso aos direitos sociais.

O artigo que segue busca estabelecer um diálogo entre o material produzido durante o período de estágio obrigatório em Serviço Social realizado no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro, as entrevistas realizadas com os/as 04 usuários/as que participaram das Rodas de Conversa, as 02 Lideranças Comunitárias da Lomba do Pinheiro e os/as 06 assistentes sociais do GT (Grupo de Trabalho) Assistência do CRESSRS, bem como relacionar com a pesquisa documental. A pesquisa empírica realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas foi submetida a Comissão de Pesquisa e ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS, sendo a última submissão feita através da Plataforma Brasil, ambos aprovado. As reflexões aqui postas buscam compreender como se efetivam os processos de participação e mobilização na realidade atual.

Importante destacar que as atividades do estágio obrigatório foram realizadas no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias), sendo que o projeto de intervenção teve como foco as Rodas de Conversa<sup>2</sup>, ou seja, atividade coletiva aberta à participação dos usuários e comunidade.

## 2 COMPROMISSO PROFISSIONAL COM A SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O/a assistente social é reconhecido/a historicamente como executor/a terminal de Políticas Públicas, como por exemplo, da Política de Assistência Social (NETTO, 2001). Essa política, reconhecida enquanto um direito social, nasce na sociedade capitalista permeado por intensas contradições e num campo de disputa de projetos societários. O Direito à Proteção Social, enquanto uma política pública ainda em implementação, é disputado pelo ideário econômico neoliberal, onde é posto a precarização dos serviços oferecidos através de políticas focalizadas, fragmentadas, despolitizadas e privatistas, processo fortalecido pela atual contrarreforma com seus cortes nos direitos sociais.

O/a assistente social trabalha nesse contexto, permeado de contradições e resistências, na perspectiva da “efetivação das políticas sociais em favor da universalização dos serviços públicos de qualidade” (SOUZA *et al.*, 2013, p. 04). Nesse cenário, o PEP (Projeto Ético-Político) do Serviço Social se encontra em constante resistência com o sistema neoliberal que encontra suas estratégias

[...] para camuflar um enfrentamento a essa questão é a elaboração de políticas sociais focalizadas (direcionadas apenas a uma parcela da sociedade em que possuem carências pontuais); despolitizadas (falta de ações do estado para o combate das demandas sociais em prol do acesso universal aos serviços); privatistas (a responsabilidade passa a ser do mercado e da sociedade, sendo utilizada num processo econômico rentável); compensatórias (oferecem somente os mínimos sociais precarizando os serviços) e excludentes (exclui os não contribuintes, pois possui caráter contratualista) que requer profissionais que simplesmente executem essas políticas e não profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso ético-político (SOUZA *et al.*, 2013, p. 05).

Diante disso, pode-se perceber que a Assistência Social tem sido um campo de disputa de projetos societários, sendo que atualmente as políticas públicas são

---

<sup>2</sup> O Projeto de Intervenção como título: “Rodas de Conversa com famílias do Cadastro Único no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro: Instituinto espaços coletivos de reflexão sobre os Direitos Sociais”. O mesmo foi desenvolvido com a supervisão da Assistente Social Clarissa M. Baldini e com a parceria do colega estagiário Ricardo de Souza.

marcadas por cortes nos investimentos sociais, garantindo apenas os mínimos sociais. O Serviço Social, por sua vez, está inserido nesses espaços de trabalho, na perspectiva de gerar e construir práticas que viabilizem o acesso aos direitos. A fim de orientar a categoria profissional, o CFESS (Conselho Federal do Serviço Social) produziu uma Cartilha com os “Parâmetros para a Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social”, sendo essa uma importante ferramenta no que se refere ao direcionamento e ao entendimento da atuação profissional nessa política. Os Parâmetros orientam que o perfil do/a assistente social [...] para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2011, p. 18).

Esses Parâmetros são resultado, tanto do avanço crítico da profissão, que resultou no Projeto Ético Político da profissão, quanto da presença crítica e atuante do/a assistente social na luta pelo reconhecimento da Assistência Social enquanto um direito, exercendo a profissão em consonância com essa nova compreensão da política, constatando a necessidade de afirmar um novo perfil profissional para a atuação na mesma. Esse novo perfil, é gestado a partir da intenção de ruptura, quando a profissão assume um novo aporte teórico metodológico, o qual interfere diretamente na forma como a profissão vai realizar suas intervenções juntamente com os usuários.

Processo educativo de participação é [...] o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social (SOUZA, 2004, p. 84).

Essa nova compreensão do processo educativo da participação encontra respaldo no Código de Ética da profissão, enquanto resultado do protagonismo da profissão nos seus setores progressistas, contando com o processo de reorganização das classes trabalhadoras e dos movimentos democrático-populares, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 80. O Código é um grande avanço para a categoria profissional, que assume seu PEP ligado a uma nova ordem societária, reconhecendo-o a partir da leitura crítica marxista, que movimenta a categoria a assumir

a luta da classe trabalhadora, pautada pela liberdade e democracia (BARROCO, 2011). O Código de Ética, no seu artigo 5º, apresenta pela primeira vez o compromisso ético-político com os usuários, dentre os quais se destaca a garantir a plena informação aos usuários (BRASIL,1993).

O/a assistente social tem um compromisso ético de viabilizar espaços onde os usuários/as possam participar ativa e democraticamente, tendo acesso às informações quanto aos seus direitos e aos serviços. Pode-se assim dizer que o/a assistente social tem o compromisso ético de viabilizar em todos os atendimentos, individuais ou coletivos, o acesso à informação e espaços de possibilitem que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

O serviço de Assistência Social é da comunidade, onde ela deve participar, sentir-se em casa, debater suas demandas, ser acolhido e encontrar formas de resistir e construir pautas coletivas. Tem sido um grande desafio aproximar-se da realidade, adentrar no território, uma vez que muitos serviços não dispõem de recursos, como por exemplo, carro que possibilite aos trabalhadores circular pelo território, construir processos mais próximos da população. Por outro lado, o acesso dos/as usuários/as ao serviço se dá por demandas pontuais e individuais, que não produz processos de mobilização e participação mais efetivos.

O CRAS, enquanto um serviço da Assistência Social, é reconhecido pela população como um espaço de informação, onde se tem a possibilidade de reconhecer os direitos e se informar quanto a conjuntura. O/a usuário/a relata a experiência de participação nas Rodas de Conversa e nos grupos do CRAS, reconhecendo os mesmos como espaço de informação. “Sim, pra mim é bom, porque a gente vai descobrindo vários benefícios que a gente tem e às vezes o governo tá cortando muitos benefícios nossos, assim. Nós temos direito né e eles estão tirando” (Usuário/a 01).

O acesso à informação é um constitutivo indispensável nos espaços de participação, pois possibilita aos/as usuários/as o conhecimento dos seus direitos, uma visão crítica da realidade e a possibilidade de se organizar e lutar pelos mesmos. Nos espaços de trabalho, nem sempre é possível garantir o direito, devido a toda conjuntura e precarização, porém é possível socializar a informação, contribuindo para a organização da população na luta pelo direito.

As entrevistas demonstram que a população reconhece no/a assistente social um profissional comprometido com a realidade, que precisa conhecer, estudar e se informar quanto às mudanças e situações que envolvem o espaço, território onde está atuando. O/a profissional é identificado/a como um agente propulsor de espaços de formação e informação para com a população, pois tem apropriação da realidade, sabe a dificuldade do acesso ao direito à educação, à saúde, à água potável, à luz elétrica e outros. Essas são demandas que precisam chegar aos espaços de trabalho e despertar para atividades coletivas de mobilização.

Nesse sentido, para além dos espaços de atendimento individual, é necessário criar novos espaços, através de atividades coletivas junto com a comunidade, através de articulações com as lideranças comunitárias, a fim de conhecer a realidade, democratizar as informações e construir processos de resistência. Esses espaços, por vezes não estão instituídos, precisam ser criados e gestados pelos profissionais, pois tal tarefa se refere a um compromisso ético-político da profissão, na perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

A informação é fundamental para construção de relações de igualdade e democráticas. Quem é detentor de informações e do conhecimento pode fazer escolhas que sejam compatíveis com suas necessidades e possibilidades e pode desenvolver sua capacidade crítica à medida que recebe e que tem acesso aos meios de informação (BARROCO; TERRA, 2015, p. 174).

Nesse sentido, cabe ao/à assistente social criar espaços onde possam ser democratizadas as informações quanto aos programas disponíveis nos diferentes espaços de trabalho, bem como informações que possam vir a mobilizar os usuários e a participar na luta pelos direitos. Por vezes, os serviços de Assistência Social são assim reconhecidos, conforme constata o/a usuário/a.

Ah, de que forma tem muita gente que é mal informado, que não sabe das coisas e indo pra lá fica bem informada e, como é que eu vou dizer, sabe os seus direitos. O CRAS precisa de mais participação da comunidade né. Pra ficar mais informada das coisas da comunidade, porque tem muitas pessoas, por exemplo, ali na Lomba mesmo que não sabem dos seus direitos, que são bem mal informados. Não é burra como o pessoal fala, são tipo mal informada mesmo (Usuário/a 02).

Conforme consta, nos serviços de Assistência Social é depositado o compromisso de informar a população, que não encontra outro lugar onde possa tomar conhecimento

de seus direitos. Reconhece-se o/a assistente social como um/a trabalhador/a que tem a sensibilidade e proximidade com a população. Essa população é reconhecida pelo/a usuário/a como sujeito de direito que precisa ser informado para que possa construir espaços coletivos nos quais participe, de fato, enquanto comunidade.

A partir dessa reflexão, é possível constatar que os serviços de assistência precisam favorecer espaços de informação para a população usuária, especialmente no que tange aos direitos sociais. Um/a usuário/a entrevistado/a relata que a integração em grupos, como por exemplo, os grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, possibilita a construção de estratégias coletivas na luta pelos direitos. A participação no grupo tem favorecido a implantação da Política Nacional do Idoso, bem como os demais direitos dessa parcela da população. Na medida em que a comunidade acessa o serviço e reconhece sua função, é possível constatar que são construídas formas de resistências e o fortalecimento do mesmo.

Usuários/as e lideranças comunitárias relatam que “na hora que o CRAS fecha, que necessita da ajuda da comunidade, nós, enquanto liderança, juntamos a parte que nós, que pode vir com a gente soma, né. E a gente vem junto porque é um objetivo nosso, da comunidade manter isso aqui” (Usuário/a 04). Há um reconhecimento da função e da importância do serviço do/a Assistência Social na e para a comunidade, especialmente na medida em que ela participa e que o serviço é aberto para as questões da mesma.

A partir do exposto, pode-se concluir que dentre as funções dos serviços de Assistência Social, uma das principais está diretamente relacionada ao acesso à informação e à promoção do diálogo com as demandas da comunidade. O/a assistente social é o trabalhador/a reconhecido/a como ‘o/a responsável’ e ‘o/a técnico/a’ que tem apropriação para construir os espaços coletivos e a comunicação com a comunidade. Ao passo que os/as usuários/as reconhecem a importância da participação, também apontam o quanto esse serviço tem contribuído na construção da luta pelos direitos sociais.

### **3 ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO**

Ao se discutir a construção de espaços coletivos de participação e mobilização na Política de Assistência Social, faz-se necessário abordar a dimensão político-pedagógica<sup>3</sup> do Serviço Social que encontra na educação popular grande contribuição. A profissão se aproxima da educação popular no período da formulação do ‘Método BH’, que surge em Belo Horizonte, MG, nos anos de 1972 a 1975, através de um grupo de professores, estudantes e assistentes sociais que constituíam um Grupo de estudo da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Esse trabalho foi reconhecido como um dos grandes expoentes que marcaram o processo de ‘intenção de ruptura’, “na redefinição do papel da profissão a partir de uma dimensão político-pedagógica” (VARGAS, 2014, p. 36).

No que se refere a aproximação com a Educação Popular, tem-se ali um movimento de romper com a suposta neutralidade do Serviço Social brasileiro. “Trata-se de uma ação educativa baseada numa ação-reflexão junto aos usuários, contribuindo para sua organização, que visava a conquista de espaços políticos” (VARGAS, 2014, p. 38).

Nesse período, a profissão constrói processos de educação popular com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir da proposta da Teologia da Libertação, bem como com movimentos de cultura e outros. Nesses processos, é possível constatar vários equívocos teóricos e ecletismos. Ao mesmo tempo, o Método BH foi importante na construção da ‘intenção de ruptura’, pois possibilitou ao Serviço Social a aproximação com a teoria marxista, assumindo como objeto de atuação profissional as expressões da questão social (MACHADO, 2012).

Para Marx e Freire, o processo de conscientização é de suma importância no trabalho de base. Para Marx esse processo acontece através da ruptura com o senso comum, com a alienação, reconhecendo a totalidade da realidade, a fim de construir uma consciência crítica frente ao sistema capitalista posto. Marx compreende que a consciência crítica passa pela classe trabalhadora que construirá uma nova ordem social. Em outras palavras, Freire pensa a transformação, a conscientização a partir do espaço

---

<sup>3</sup> Vargas (2014) compreende a prática político-pedagógica da profissão na ótica da educação popular, porém com o diferencial da atuação do/a assistente social a partir da perspectiva crítica e do PEP. Nesse sentido a prática profissional precisa levar em conta o **contexto com experiências importantes para aprofundar o debate sobre as potencialidades de uma atuação voltada para a constituição de processos emancipatórios.**

da educação, porém Marx reconhece essa transformação num sentido mais amplo de sociedade capitalista, onde a transformação necessária é de ordem societária como tal. A partir dessas observações é possível criar aproximações e caminhos junto à educação popular, nos diferentes espaços de intervenção profissional, uma vez que o processo de conscientização pode vir a gerar processos de mobilização e revolução. No entanto “as ideias de Freire e as ideias da proposta de Belo Horizonte podem ainda contribuir, na atualidade, para pensar a dimensão política da prática profissional, no fortalecimento da classe trabalhadora” (VARGAS, 2014, p. 37).

A partir dessa reflexão e da prática político-pedagógica da profissão, a construção de espaços coletivos pressupõe que o/a profissional reconheça e construa os processos a partir do que os/as usuários/as já têm de conhecimento. Nisso percebe-se que há uma mudança considerável no processo de construção dos espaços coletivos a partir do momento em que são consideradas as contribuições e o conhecimento que já estão presentes na realidade e na vida dos/as usuários/as para, a partir de então, construir processos de reflexão. O/a assistente social, como qualquer trabalhador/a, precisa reconhecer o que o/a usuário/a tem de compreensão e de conhecimento da política pública, conhecimento que passa pelo acesso que tem aos serviços e como esses se efetivam. O/a usuário/a 04 relata que pode perceber que todos tinham algum conhecimento sobre o tema que era discutido. Esse dado confirma que há um conhecimento que precisa ser potencializado nos/as usuários/as e, ao mesmo tempo, partilhado, discutido, a fim de que seja sempre mais amplo no que se refere aos direitos, à cidadania, para que a mesma se efetive.

Primeiro a gente tem que ouvir deles a opinião, o que eles acham, se é realmente ‘interessante essas oficinas’, ‘bah, participaria’, ‘acho que tem a ver mesmo com o que a gente está vivendo’. [...] A gente precisa conhecer qual é a realidade e se isso vai fazer a diferença pra eles, se não faz diferença pra nós, pode ser que a gente tenha esse, mas se pra eles não faz diferença vai ser um tempo que não vai ser bem aproveitado e não vai haver a participação. Se eles não se sentirem implicados eles não vão participar (Assistente Social 06).

O fato de considerar o conhecimento já presente na realidade, ou ainda reconhecer a realidade da população, está diretamente implicado com a efetivação e a participação da população. Para além de participar, esses espaços precisam significar

algo para a vida das pessoas, para seu processo de protagonismo. Esses espaços também favorecem a troca de informações de profissional e usuários/as, onde ambos trazem um conhecimento a partir dos espaços onde participam e se envolvem. Um/a assistente social entrevistado/a relata que no seu espaço de trabalho é constante essa troca de informação. “E eles também trazem pra mim as informações, porque eles também estão no movimento. [...] Eles também trazem. Trazem o jornalzinho com as fotografias. Então isto é uma troca constante na questão da participação e no todo” (Assistente Social 01).

Nesse sentido, pode-se reconhecer que nos espaços de intervenção é importante haver troca de saberes, de informações, a fim de possibilitar um espaço onde a comunidade possa discutir sobre seus direitos, suas lutas e continuar a se mobilizar. A prática político-pedagógica está diretamente relacionada “à capacitação, mobilização e participação populares, mediante, fundamentalmente, processo de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica” (ABREU, 2016, p. 255). Reconhecer as demandas dos/as usuários/as é de fundamental importância no processo de organização da população, pois isso possibilitará um novo jeito de construir o serviço, a fim de que se efetivem os processos de reflexão.

A prática político-pedagógica possibilita construir espaços coletivos a partir das demandas, das necessidades e dos próprios espaços onde os/as usuários/as já se reconhecem, como praças, associações de bairro, etc, potencializando a organização que já existe. Ao mesmo tempo os serviços de Assistência Social também apresentam espaços onde é possível potencializar a organização e a socialização de informações, identificado pelos/as entrevistados/as como Assembleias semanais, Cine Debate, Oficinas, Acolhida Coletiva, grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, dentre outros. Esses espaços são identificados pelos/as entrevistados/as como parte do processo de participação e mobilização.

O primeiro momento de mobilização e participação é socializar as informações, é poder fazer com que eles se sintam pertencentes a aquela política, entendam o que que é aquilo ali, pra que serve a política. O segundo passo da mobilização e da participação, eles já tendo as informações aí é o deixar eles conduzir, deixar eles fazerem enfim o que tem que ser. A poder gente respeitar, respeitar os espaços deles, respeitar a voz deles, respeitar o que eles têm a contribuir [...] (Assistente Social 05).

A prática profissional precisa possibilitar o protagonismo dos/as usuários/as num sentido de que os mesmos possam ter a autonomia para contribuir e opinar na luta pela efetivação de seus direitos. Nesse sentido é importante citar a experiência construída durante o Estágio Obrigatório no CRAS Ampliado Lomba do Pinheiro onde, a partir do Projeto de Intervenção, foram criados espaços coletivos, reconhecidos como “Rodas de Conversa sobre Direitos e Cidadania”. Aconteceram 08 Rodas, abordando temas de interesse da população e relacionados com os direitos sociais que estavam sendo discutidos no contexto de cortes de direitos e da contrarreforma, a fim de informar a população.

No caso das Rodas de Conversa desenvolvidas no processo de estágio, elas foram um espaço de discussão e informação, desencadeando outras atividades coletivas como Audiência Pública, Mobilizações de Rua contra a PEC 241/2016 e da Reforma da Previdência e outras. As mesmas foram realizadas em articulação com lideranças comunitárias, Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, Rede da Criança e Adolescente, serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS, SAFs, SCFV conveniados, etc) do território e outras. Nesse sentido é importante reconhecer os processos de mobilização já construídos pela comunidade e que ainda precisam ser fortalecidos, em articulação com outros segmentos sociais empenhados na luta pelos direitos sociais.

Um/a liderança comunitária entrevistada apresenta que as mobilizações também favorecem processos de conscientização, num sentido de fortalecer uma visão crítica diante da realidade posta de cortes nos recursos e investimentos sociais, agravados com os projetos de contrarreforma. Os relatos das duas mobilizações demonstram possibilidades construídas no coletivo dos serviços, usuários/as, lideranças e outros, a fim de possibilitar que a comunidade tome consciência da situação e da conjuntura. “A mobilização, ela pressupõe a possibilidade da gente fazer com que mais pessoas possam compreender a necessidade, que juntos eles são mais forte, né” (Liderança comunitária 01). Ou seja, a mobilização atinge mais pessoas, tem maior repercussão e torna conhecida a pauta da luta, da reivindicação, por isso ela é na rua e outros espaços de maior proximidade com a população. Ou ainda, “mobilização pra mim é mobilizar o povo pra entender a real situação dos problemas, né [...] é uma maneira de mostrar que tu, mostrar que é tu que manda e não os políticos (Usuário/a 01). Então mobilização é uma expressão do protagonismo do cidadão, que tem uma consciência

crítica, que protagoniza processos de reivindicação de seus direitos e exige sua efetivação.

Conforme consta, os processos de mobilização possibilitam chegar a diferentes espaços e pessoas, especialmente das que se encontram distantes dos serviços e das informações quanto aos seus direitos. Sendo assim, a mobilização gera processos de aproximações e de conhecimento da realidade, que, por vezes, está invisibilizada pelos serviços públicos, ou seja, “visitando locais bem distantes”, que estão sem o acesso a tais serviços e equipamentos públicos sociais.

Nesse sentido, importante reafirmar que cabe ao/à assistente social, enquanto trabalhador/a na Política de Assistência Social, retomar e assumir o potencial das atividades coletivas no espaço de trabalho, a partir de seu projeto profissional e ético-político. Faz parte da dimensão pedagógico-interpretativa do trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Social a socialização de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as (CFESS, 2011).

Reitera-se que o/a assistente social tem o compromisso ético-político de socializar a informação com os/as usuários/as, em todos os espaços de intervenção, sejam eles em atendimentos individuais, bem como em intervenções coletivas, em espaços de mobilizações. Nesse sentido, é preciso reconhecer o contexto de ataque aos Direitos Sociais vivenciado no atual momento histórico, bem como a manipulação de informações realizadas pelos MCS, deixando a população à mercê da verdade.

Por sua vez, o conjunto CFESS/CRESS e Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABPESS) tem contribuído na sistematização de informações que possibilitam ao profissional uma leitura crítica da realidade e do cenário dos direitos, bem como o acesso à informação. “A gente fala do constante aprimoramento intelectual, a gente também está falando de a gente se subsidiar, de estar preparados pra poder fazer isso também” (Assistente Social 05). A organização da profissão é uma ferramenta importante no processo formação continuada, possibilitando o acesso a subsídios que possibilitam a leitura crítica dialética da realidade e um posicionamento ético político orientado pelo projeto profissional.

É bom lembrar que essa legitimidade política está presente no Código de Ética e nos marcos legais que regulamentam o exercício profissional e seu processo formativo, assim como nas múltiplas decisões, deliberações que reafirmam o fortalecimento do projeto ético-político profissional e a organização coletiva da categoria profissional (YASBEK, 2014 p. 690).

É importante que a categoria profissional possa reafirmar o PEP colocado em disputa em tempos de avanço do neoliberalismo. O projeto societário, assumido pela profissão, respalda e orienta, no sentido de criar espaços e articulações com a comunidade, a fim de gerar espaços coletivos de participação e de mobilização. Por dentro dos serviços, da própria Política de Assistência Social, é possível fortalecer os espaços coletivos a partir do posicionamento profissional, da democratização dos espaços, a fim de que os/as usuários/as possam ser protagonistas dos processos e da luta pelos direitos sociais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão desse artigo proporciona reconhecer o quanto a profissão está implicada na construção e efetivação de processos de participação e mobilização social, construindo-os a partir das atividades realizadas em seus espaços de trabalho, com a socialização da informação. A relação com os usuários, a partir da perspectiva de direito, passa a potencializar os espaços coletivos de intervenção onde é possível desencadear o protagonismo dos usuários, desde que esse processo seja continuado e não pontual.

Um dos pontos mais relevantes que resultaram da pesquisa foi reconhecer o quanto os processos de mobilização e participação fazem parte da identidade do Serviço Social, tanto que as pessoas entrevistadas identificaram o/a assistente social como o/a profissional que realiza a mediação da informação para com a comunidade, possibilitando assim a participação e a mobilização da mesma. Todos/as os/as profissionais relataram a importância de efetivar atividades/estratégias de intervenção coletiva, sendo que cada serviço tem sua especificidade como assembleias, oficinas, rodas de conversa, troca de informações, dentre outras. Essas atividades/estratégias puderam ser identificadas nas entrevistas como algo que é realizado nos espaços de trabalho e em espaços descentralizados como associações de moradores, praças, etc. Pode-se perceber que essas atividades/estratégias estão respaldadas tanto na Política

como no PEP, ou seja, os profissionais as reconhecem como uma prática imprescindível nos diferentes espaços.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, jun. 2011. Trimestral.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Conselho Federal do Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. nº 60. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 13 mar. 1993.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**: Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília: Cfess, 2011. 38 p.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p.151-178, mar. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a09n109.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

NETTO, J.P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8 ed, São Paulo: Cortez, 2004

SOUSA, Julise Cristina de et al. A efetivação do Projeto Ético Político Profissional no âmbito da Assistência Social. In: ENCONTRO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2013, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Cress - Sc, 2013. p. 1 - 9.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p.677-693, dez. 2014. Trimestral.

VARGAS, Tatiane Moreira de. **Serviço Social e Educação Popular**: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.